



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição Medida Provisória nº 657/2014
------	--

autor DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO	Nº do prontuário
--	------------------

1. Supressiva 2. substitutiva 3. modificativa 4. aditiva 5. Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altere-se o paragrafo único e Acrescente-se o §1º no artigo 2º-c, da Lei nº 9.266 de 15 de março de 1996, passando a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º - A Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

.....
.....

Parágrafo único. Os ocupantes do cargo de delegado da policia federal, autoridades policiais no âmbito da policia judiciaria da União, são responsáveis pela direção das atividades do órgão no exercício de função de natureza jurídica e policial, essencial e exclusiva de Estado.

§ 1º - Aos agentes, escrivães, papiloscopistas, fica assegurado o exercício de cargos de chefia interna, que não exija formação acadêmica específica.

CD/14382.38222-51

JUSTIFICATIVA

A emenda destina parte dos cargos de chefia interna, que não demandam formação acadêmica específica, para os demais integrantes da carreira de policial federal, agentes, escrivães e papiloscopistas, que conforme preceito no artigo 144 da Constituição Federal trata-se de uma carreira única, atualmente separada em duas partes. A primeira é composta pelos cargos de delegado e perito. A segunda, pelos cargos de agente, escrivão e papiloscopista.

Com a aprovação da emenda, os agentes, escrivães e papiloscopistas, ao ingressarem na carreira, terão a possibilidade de progredir dentro do órgão, de acordo com seus conhecimentos, potencialidades e interesses, ficando assegurados aqueles cargos de natureza jurídica e que exijam formação acadêmica específica, aos delegados.

Em nosso entendimento, a destinação de cargos de natureza administrativa para os agentes, escrivães e papiloscopistas, não incidirá na hipótese de "ascensão funcional", forma de provimento derivado banida do nosso sistema jurídico pela Constituição de 1988, pois não há, no caso, a mudança, o "salto" de uma carreira menor para outra maior.

O diferencial hierárquico pretendido pela Medida Provisória, enfraquece a categoria, gera descontentamento e conseqüentemente possíveis paralizações. O que se propõe é a equidade, uma forma mais justa da aplicação do direito, adaptando a norma a uma situação existente, sendo observados os critérios de igualdade, evita-se prejudicar os indivíduos pertencentes da mesma categoria.

Dessa forma, entendemos estar legislando em favor do aprimoramento e modernização do serviço público e do aparato estatal de segurança pública.

PARLAMENTAR



CD/14382.38222-51